

## A ESCRITA CARTOGRÁFICA E A DIMENSÃO COLETIVA DA EXPERIÊNCIA

*CARTOGRAPHIC WRITING AND THE COLLECTIVE DIMENSION OF EXPERIENCE*

 <https://orcid.org/0000-0002-9101-3282> Virgínia Kastrup<sup>A</sup>

<sup>A</sup> Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Recebido em: 05 out. 2023 | Aceito em: 05 dez. 2023

Correspondência: Virgínia Kastrup (virginia.kastrup@gmail.com)

### Resumo

O estudo dá continuidade à discussão do problema da escrita nas pesquisas que utilizam o método da cartografia em teses, dissertações e artigos. O ponto de partida é a definição da cartografia como princípio metodológico do rizoma (DELEUZE; GUATTARI, 1995) e as pistas propostas por Passos, Kastrup e Escóssia (2009) e por Passos, Kastrup e Tedesco (2014). O objetivo é analisar as dificuldades e estratégias de aprendizado da escrita cartográfica nos espaços de formação, destacando a dimensão coletiva da experiência da pesquisa. Destaca que a grande diretriz da política de escrita cartográfica é evitar a política de escrita representacional, baseada em informações supostamente objetivas e neutras. O estudo analisa também a experiência de uma oficina de escrita realizada na pandemia e destaca a potência de ecossistemas menos hierarquizados e mais favoráveis à escuta atenta, à partilha de afetos e ao cuidado. Procura demonstrar que a escrita cartográfica é baseada numa política cognitiva inventiva e possui uma dimensão coletiva, mesmo quando se faz a partir da experiência que é narrada em primeira pessoa do singular. Conclui que escrever com os afetos requer estratégias de desconstrução da política de escrita representacional e a experimentação de estratégias de escrita inventiva e coletiva, com vistas à produção de efeitos de contágio e de intervenção.

**Palavras-chave:** Escrita cartográfica; Método da cartografia; Experiência; Experiência coletiva; Políticas de escrita

### Abstract

This paper continues the discussion of the problem of writing in research that uses the cartography method in theses, dissertations and articles. The starting point is the definition of cartography as a methodological principle of the rhizome (DELEUZE; GUATTARI, 1995) and the clues proposed by Passos, Kastrup and Escóssia (2009) and by Passos, Kastrup and Tedesco (2014). The objective is to analyze the difficulties and strategies of learning cartographic writing in training spaces, highlighting the collective dimension of the research experience. It highlights that the main guideline of the cartographic writing policy is to avoid the representational writing policy, based on supposedly objective and neutral information. The study also analyzes the experience of a writing workshop held during the pandemic and highlights the potency of ecosystems that are less hierarchical and more favorable to attentive listening, sharing of affection and care. It seeks to demonstrate that cartographic writing is based on an inventive cognitive policy and has a collective dimension, even when it is based on experience that is narrated in the first-person singular. It concludes that writing with affections requires strategies for deconstructing the politics of



representational writing and experimenting with inventive and collective writing strategies, aiming to produce contagion and intervention effects.

**Keywords:** Cartographic writing; cartographic method; experience; collective experience; writing policies

## Introdução

O problema da escrita cartográfica remete ao conjunto de pistas reunidas nos dois volumes do livro *Pistas do método da cartografia*. A escrita é referida em diversos textos, tanto do primeiro volume, que traz o subtítulo *Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade* (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2009), quanto no segundo volume, com o subtítulo *A experiência da pesquisa e o plano comum* (PASSOS; KASTRUP; TEDESCO, 2014). Vale lembrar que os dois livros resultam de um trabalho coletivo de um grupo de professoras e professores de psicologia de universidades públicas brasileiras, cujas pesquisas sobre produção de subjetividade, cognição inventiva, saúde, clínica e grupalidade não se adequavam ao modelo tradicional de fazer pesquisa. Tampouco eram contempladas pelo vocabulário usual nas pesquisas qualitativas como “observação participante” e “entrevista semiestruturada”. Por outro lado, o grupo trazia na bagagem as ideias de Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995) e Suely Rolnik (2006) sobre a cartografia, de René Lourau sobre análise institucional, implicação e pesquisa-intervenção (LOURAU, 1975; ALTOÉ, 2004), de Francisco Varela, Evan Thompson et Eleanor Rosch (1992) sobre a abordagem da enação e cognição incorporada e de Pierre Vermersch (2000) sobre a entrevista de explicitação, dentre outras.

No desenvolvimento do método da cartografia, a principal referência foi o livro *Mil Platôs* (DELEUZE; GUATTARI, 1995), no qual a cartografia é referida como o princípio metodológico do rizoma. Como figura ontológica, o rizoma oferece uma diretriz para o pensamento, o conhecimento e a investigação. Distinto da figura da árvore, que tem raízes profundas, uma origem única e um centro de onde partem ramificações hierarquizadas, o rizoma não tem origem, centro, hierarquia e tampouco se submete ao princípio de causalidade. O rizoma constitui a grande orientação para pensar a investigação cartográfica sem lançar mão das noções tradicionais de estrutura, sistema e forma.

O rizoma é definido por linhas, vetores ou forças e é regido por uma lógica das conexões, distinta da lógica das formas e superfícies. Seu funcionamento é descrito pelos seguintes princípios: 1) princípio de conexão: toda linha pode ser conectada a qualquer outra,

fazendo com que o rizoma cresça por todos os lados e em todas as direções; 2) princípio da heterogeneidade: as linhas podem ser materiais, linguísticas, ecológicas, econômicas, políticas, tecnológicas, midiáticas etc.; 3) princípio da multiplicidade: não é possível contar as linhas que constituem o rizoma, que é um todo aberto e de limites indefinidos; 4) princípio de ruptura a-significante: as linhas e forças que o constituem não cabem na dicotomia significante-significado. As conexões podem ser rompidas, sem garantia ou previsão; 5) princípio da cartografia: é o princípio metodológico do rizoma. Segundo este princípio, durante uma investigação não buscamos os limites espaciais do rizoma, mas acompanhar as conexões e as desconexões que fazem dele algo sempre modificável. Conhecer a dimensão rizomática da realidade requer acompanhar os processos, ou seja, seguir os movimentos que desenham e redesenham a cartografia de modo inventivo. 6) princípio da decalcomania: é uma espécie de anti-princípio, na medida em que indica que acompanhar processos não é o mesmo que representar um objeto. O decalque tenta congelar os processos, os movimentos das linhas e forças, transformando-as em formas e identidades (DELEUZE; GUATTARI, 1995; KASTRUP, 2004). Em resumo, o conceito de rizoma é a figura de uma ontologia criacionista que define a realidade como processual e inventiva. Ora, tal realidade requer um método de investigação igualmente processual. A partir dos princípios do rizoma, surge a ideia de apresentar o método cartográfico em termos de pistas, e não de regras prontas para serem aplicadas.

O problema da escrita cartográfica aparece diretamente na pista “Por uma política de narratividade”, desenvolvida por Eduardo Passos e Regina Benevides de Barros (2009). O problema que guiou a escrita deste texto e fez dele uma das pistas do primeiro volume do *Pistas* foi a convicção de que não podemos acompanhar processos, fazer uma pesquisa-intervenção, ter a atenção concentrada e aberta ao plano coletivo de forças, dissolver o ponto de vista do observador, habitar um território existencial e, ao final, escrever um texto com um estilo representacional. Neste caso, depois de realizado um grande esforço para o deslocamento de um modo de fazer pesquisa, que vai em busca de um conhecimento inventivo para dar conta da dimensão igualmente inventiva da realidade, o conhecimento como representação de uma realidade pré-existente entraria pela porta dos fundos.

Uma das ideias-chave trazidas por Passos e Benevides de Barros é que há uma política de narratividade que orienta a escrita. Isso é algo incontornável. Toda escrita é política, não há escrita neutra. Toda escrita acadêmica implica numa tomada de posição - e isso não vale apenas para a escrita cartográfica. O texto de pesquisa traz uma tomada de posição em relação

ao que seja conhecer, ao lugar do pesquisador e à própria investigação. Outro ponto destacado pelos autores é que a escrita é sempre coletiva, na medida em que há vetores coletivos de subjetivação que atravessam cada pesquisador e cada objeto de investigação, por mais singulares que eles sejam. Não se trata apenas de decidir o que narrar, mas como narrar. Durante uma pesquisa, sempre estamos envolvidos com narrativas: quando escrevemos diários de campo, entrevistamos, trabalhamos com grupos e manejamos a presença e participação de múltiplas vozes. Em todas essas situações está em jogo uma política de narratividade, bem como nos artigos e textos que trazem os resultados da investigação.

A grande diretriz da política de escrita cartográfica é evitar a política de escrita representacional, baseada em informações supostamente objetivas e neutras. É preciso também evitar a lógica determinista, baseada nas relações de causalidade linear, que busca uma perspectiva objetivista, que descreve como foi feito o controle de variáveis e tenta não deixar pontas soltas. Enfim, a narrativa representacional supõe, de modo equivocado e ilusório, que pode haver um ponto de vista isento, ascético e neutro do pesquisador, a partir do qual seria possível conhecer sem interferir na realidade. Todavia, tal formulação é característica de uma política de escrita que porta essa lógica, e não uma estratégia que evita sua dimensão política.

É preciso que o texto da pesquisa cartográfica - como uma tese, uma dissertação ou um artigo científico - traga a colocação do problema, a descrição do processo de investigação com suas diversas linhas e conexões, as idas e vindas, a análise de dados colhidos em campo conduzida pelos analisadores, os problemas emergentes, o que houve de imprevisível, os tropeços, os impasses, o que não saiu como esperado e as bifurcações que guiaram o desenho e o redesenho do campo problemático, em função das exigências do campo. Não dá para deixar de fora aquilo que se deu ao longo do processo. Por exemplo, se a meta inicial de uma pesquisa era fazer entrevistas com 30 participantes, mas ao final foram feitas apenas 8, é importante que isso faça parte do texto e que o fato seja efetivamente analisado. Enfim, o que deu certo e o que não deu certo na pesquisa é igualmente interessante e pertinente.

Um dos problemas que enfrentamos ao buscar uma escrita cartográfica é que, ao longo de nossas vidas, somos treinados pela escola, e pela própria universidade, a escrever segundo a política da representação, que ainda hoje é hegemônica. Na experiência e no aprendizado da cartografia é preciso desconstruir, dissolver esta política, em favor de uma política de escrita inventiva, encarnada e coletiva. Não se trata de defender uma escrita subjetiva, marcada por

ideias, crenças, opiniões, interesses, sentimentos e emoções individuais. Não se trata de recusar uma escrita objetiva em favor de uma escrita subjetiva.

A escrita cartográfica é povoada de vetores coletivos que, como aponta Guattari (1992), são pré-subjetivos e pré-objetivos, existindo aquém do sujeito e do objeto, como afetos, intensidades e ritmos. Tais vetores atravessam o corpo do cartógrafo no encontro com o campo de pesquisa e devem permear também sua escrita. Um dos desafios é fazer de uma experiência singular uma narrativa coletiva. A partir desse cenário, o objetivo do presente artigo é analisar as dificuldades e estratégias de aprendizado da escrita cartográfica, em sua articulação intrínseca com uma política cognitiva inventiva. É também discutir em que sentido tal escrita, realizada de dentro da experiência, possui uma dimensão coletiva.

### **Dificuldades com a escrita acadêmica e algumas estratégias**

Na atualidade, temos constatado que a escrita acadêmica tem sido motivo de muito sofrimento por parte dos estudantes universitários. Talvez a escrita acadêmica sempre tenha trazido sofrimento, mas hoje há diversos estudos que se debruçam sobre narrativas de estudantes do quanto escrever uma tese, uma dissertação, um trabalho de conclusão de curso, provas e trabalhos para disciplinas da graduação são experiências penosas, difíceis, pesadas e solitárias. A nosso ver, as dificuldades da escrita cartográfica devem ser situadas nesse contexto, pois ela também é uma escrita acadêmica, que cada vez mais se faz presente em pesquisas na universidade.

Rosimeri de Oliveira Dias e Heliana Conde Rodrigues (2019) têm destacado o papel da escrita no âmbito da formação de professores da escola básica. O livro *Escritas de si: escutas, cartas e formação inventiva de professores entre universidade e escola básica* reúne textos que abordam a questão da escrita na formação, com ênfase na apresentação de estratégias que traçam caminhos críticos e alternativos, que são desenvolvidos com compromissos éticos, estéticos e políticos. A escrita de cartas se destaca como uma estratégia utilizada por uma série de autoras e autores que defendem seu papel no deslocamento da escrita acadêmica envolta em dificuldades e sofrimento, em direção a uma escrita mais afirmativa, potente, afetiva e coletiva (LIMA; DIAS, 2019). Adriana Marcondes Machado e Paula Fontana Fonseca (2019) analisam a escrita de cartas em experiências de formação profissional, indicando que ela constitui um interessante intercessor para o enfrentamento dos efeitos de assujeitamento relatado pelos grupos. As cartas se mostram ferramentas que funcionam frente às dificuldades e ao sentimento de impotência narrado pelas equipes. Lilian

Veronese (2021) também aponta o sofrimento e as dificuldades de expressão de alunos com a escrita acadêmica e propõe a criação de um laboratório de escrita como estratégia de formação.

No Dossier “No enquanto da pandemia: grupalidade, cuidado e invenções na formação universitária”, publicado na revista *Educação em Foco*, em 2022, diversos estudos analisam o problema da escrita acadêmica no contexto da pandemia de COVID-19. A partir de uma disciplina ministrada em formato remoto no curso de mestrado em Terapia Ocupacional da USP, Adriana Marcondes Machado, Elizabeth Araújo Lima e Erika Alvarez Inforsato (2022) identificam duas linhas que caracterizam as dificuldades enfrentadas pelos estudantes: a insuficiência da língua escrita para nomear e dar passagem a dimensões da experiência trazidas para o âmbito da pesquisa e a insegurança perante o que se nomeia tradicionalmente como escrita acadêmica – neutra, objetiva e com vocabulário muito específico e desconhecido da maioria. No mesmo dossiê, o artigo de Flávia Liberman, Adriana Domingues e Laura Pozzana (2022) também aborda diretamente esse tema, com conclusões que vão na mesma direção, incluindo o envolvimento do corpo no exercício da escrita. Todas as estratégias elencadas nos estudos acima apostam na escrita afetiva e corporificada para o enfrentamento do sofrimento, das dificuldades e do bloqueio em relação à escrita acadêmica abstrata, protocolar e meramente intelectual.

Abordando o problema da escrita cartográfica, um dos estudos analisa as dificuldades enfrentadas por estudantes de uma universidade pública (KASTRUP; CALIMAN; GURGEL, 2022). Estudantes de graduação, estagiários e extensionistas evidenciam que não é simples colocar a experiência cartográfica num texto escrito. Não falamos da dificuldade em compreender teoricamente as pistas do método da cartografia, mas de narrar a experiência cartográfica e escapar da política cognitiva da representação (KASTRUP; TEDESCO; PASSOS, 2008). Há um cognitivista em nós, que nos assombra e nos habita de maneira clandestina. Por outro lado, como aprender um outro modo de escrever, que não oferece regras pré-definidas e tampouco um modelo a ser seguido? Como navegar pelo terreno incerto do emaranhado das forças do rizoma? Como desenvolver uma escrita sintonizada com a experiência cartográfica? Como envolver o corpo, sem que a escrita se assemelhe a um diário pessoal?

Como estratégia para contornar tais dificuldades, o estudo narra a experiência de uma oficina de escrita realizada na pandemia e analisa a potência de um ecossistema baseado na atenção conjunta, onde se destacam as características de reciprocidade, sintonia afetiva e

invenção. A aposta é criar ecossistemas menos hierarquizados e mais favoráveis à escuta atenta, à partilha de afetos e ao cuidado.

Os estudantes que participaram da oficina de escrita faziam parte da equipe de um projeto de pesquisa-intervenção que tinha a cartografia como método. Os estudantes enfrentavam dificuldades com a escrita acadêmica em geral, que se revelavam também na escrita cartográfica, realizada a partir da experiência da pesquisa. Mas nem sempre é fácil escrever a partir da experiência, com um corpo situado, que assume seu lugar na escrita. A escrita cartográfica tem como um de seus maiores desafios a desconstrução da política de escrita abstrata, de lugar nenhum, metapositionada. O estudo descreve algumas das estratégias que foram utilizadas para desconstruir a hegemonia da escrita abstrata e favorecer a experimentação da escrita encarnada. Uma das estratégias centrais da oficina foi oferecer proposições artísticas, estéticas e afetivas como motes da escrita. O ponto de partida não eram tarefas com respostas certas ou erradas, mas proposições cujos efeitos eram marcados pela inventividade, imprevisibilidade e múltiplas camadas de sentido. O objetivo era provocar a suspensão da atitude de bloqueio habitualmente presente quando os estudantes se sentam para escrever. A distinção entre escrever a partir de uma tarefa e escrever a partir de uma proposição (artística, estética, afetiva) é que a proposição busca suscitar uma experiência de problematização e estranhamento, em lugar de ativar a exigência e a prontidão do aluno para a realização da tarefa. A proposição estética suspende a política cognitiva da representação, mobiliza afetos e faz pensar.

Na oficina, a atividade de escrita era precedida e preparada pela leitura em voz alta de textos literários, bem como por imagens e músicas pouco convencionais, escolhidas por seu potencial de produzir estranhamento. Uma outra proposta foi escrever a partir de objetos dotados de uma carga afetiva. Todas essas estratégias visavam favorecer a dissolução do sofrimento e bloqueio subjetivos, mobilizando afetos, intensidades e ritmos pré-subjetivos que pudessem tocar, atravessar e mobilizar o corpo do aprendiz de cartógrafo.

Com base nessas proposições, os alunos eram estimulados a escrever de modo mais solto e inventivo. O objetivo era ainda contornar o medo de escrever provocado pela política imperativa e hegemônica da escrita acadêmica abstrata, experimentando uma escrita encarnada e mais próxima da vida. Os textos eram escritos e partilhados com o grupo. Conforme o grupo foi se conhecendo melhor e o trabalho foi avançando, as proposições passaram a ser escolhidas com base em questões trazidas pelos estudantes, como a valorização da cultura popular, brasileira e negra, o cansaço e a tristeza com a pandemia, a

raiva do momento político, a saudade das pessoas que estavam distantes etc. Vetores coletivos de subjetivação foram entrando no texto e os encontros foram se seguindo. Aos poucos, os estudantes foram se sentindo à vontade para falar de suas dificuldades com a escrita, buscando analisá-las.

Um dos participantes costumava dizer que queria escrever para pessoas comuns e não só para quem fazia universidade. Sentia um profundo incômodo com a escrita acadêmica fechada em si mesma. Sua fala expressava o reconhecimento de que há uma dimensão coletiva e política da escrita, pois o modo como escrevemos define quem será capaz de nos ler. E aquele estudante queria ser lido também por pessoas que não tivessem o diploma universitário.

Ao final do trabalho, os efeitos positivos da oficina de escrita surgiram em depoimentos escritos pelos estudantes: “A oficina era um refúgio na minha semana. Era uma parte sem burocracias e sem o objetivo de ser uma matéria de faculdade. Nos conhecemos melhor como grupo, trabalhamos diversas escritas, abordamos inúmeros temas, pudemos nos ouvir” (p.16). “Fomos um grupo de escritores e ouvintes, não nos avaliamos, nos permitimos criar e compartilhar, e isso foi muito bom” (p.17). De modo geral, os estudantes referiram-se à oficina de escrita como um lugar de cuidado, atenção, refúgio, respiro, recarga de energias, de ouvir e ser ouvido, do prazer do encontro.

Podemos perceber o quanto as proposições estéticas preparam para a escrita cartográfica na medida em que convocam afetos pré-individuais e forças inventivas, produzindo uma bifurcação em relação à escrita intelectualista, que requer uma prontidão individual para a realização da tarefa e para a solução correta de problemas, trazendo sofrimento e bloqueio. A proposição estética interrompe esse modo de funcionamento habitual e dá lugar a uma temporalidade desacelerada e a um tempo de ressonâncias - “um tempo de expressão”, nas palavras de uma das estudantes. Enfim, a prática da escrita vai criando, a um só tempo, o texto escrito e aquele que o escreve (GURGEL; KASTRUP, 2019; 2021; GURGEL, 2015; 2019). Este duplo efeito evoca o conceito de co-emergência de Francisco Varela, Evan Thompson e Eleanor Rosch (1993) e aponta que a prática da escrita cria o texto e o escritor, assim como a prática da escrita cartográfica cria a cartografia e o cartógrafo. O cartógrafo não precede a escrita cartográfica, mas se constitui com ela, num mesmo movimento.

É importante insistir que quando falamos da escrita cartográfica não nos limitamos à escrita da dissertação, da tese ou de artigos publicados em periódicos científicos. É preciso

discutir a escrita dos relatos de pesquisa, dos diários de campo e a condução das entrevistas, que constituem elementos essenciais para a composição do texto que virá a se tornar público. E é por meio dessa escrita que o aprendizado acontece.

### **Escrever com o corpo, narrar uma experiência coletiva: um aprendizado**

Ao criar a técnica da entrevista de explicitação, Pierre Vermersch (2000) estabelece a distinção entre fala abstrata e fala encarnada, da qual lançamos mão para analisarmos as diferenças entre a escrita representacional e a escrita cartográfica. Segundo Vermersch, a posição de fala abstrata é composta de opiniões, crenças e proposições genéricas. Numa entrevista, ela comparece quando, ao ser perguntada sobre uma experiência específica, a pessoa repete algo que já sabe ou que ouviu dizer, usando expressões como “sempre”, “nunca”, “todo dia”, “tenho o costume”, que dão a impressão de que não há nada de singular a ser narrado daquela situação. Tudo é já sabido, já conhecido, sem surpresas. A fala fica no nível da crença, da informação genérica, sem expressar a singularidade daquela experiência.

Segundo Vermersch, que segue a orientação da psicologia fenomenológica, a entrevista de explicitação busca guiar o entrevistado para a posição de fala encarnada, ou seja, a fala de dentro da experiência. Não se trata apenas de falar “sobre a experiência”, mas a partir dela, de dentro da experiência. É esta posição “de dentro da experiência” que dá à fala seu caráter concreto, escapando da narrativa abstrata hegemônica. Para guiar o entrevistado para a posição de fala encarnada - nomenclatura forjada em conformidade com a noção de mente incorporada de Varela, Thompson e Rosch (2003) -, Vermersch desenvolve uma série de estratégias para levar a cabo a entrevista de explicitação. Dentre elas, destaca-se a fala em primeira pessoa<sup>1</sup>.

Para Vermersch, a fala em primeira pessoa deve ser conduzida pelo entrevistador de modo que ela se articule em torno de uma experiência de referência. O objetivo é evitar que o entrevistado assuma a atitude habitual de fala abstrata e consiga descrever efetivamente os gestos cognitivos realizados naquela experiência. Para isso, entrevistador e entrevistado devem entrar em acordo na escolha de uma experiência de referência, a ser explicitada ao longo da entrevista.

---

<sup>1</sup> A entrevista de explicitação é uma das metodologias de primeira pessoa, utilizadas para o estudo da experiência no campo das ciências cognitivas contemporâneas. As metodologias em primeira pessoa são definidas como métodos científicos que devem complementar as metodologias de terceira pessoa, tradicionalmente utilizadas nas pesquisas em laboratórios de psicologia experimental e no campo das neurociências (Depraz; Varela; Vermersch, 2003)

Vale sublinhar que, em conformidade com a tradição fenomenológica, Vermersch fala em definir um “vécu de référence”. Em português a expressão seria traduzida literalmente como vivência de referência. No entanto, no contexto do método da cartografia, optamos pela formulação “experiência de referência”, buscando desindividualizar a noção de experiência e enfatizar sua dimensão coletiva. O conceito fenomenológico de vivência ainda porta a referência a um eu e, neste ponto, a cartografia se afasta da tradição fenomenológica, buscando maior sintonia com o pensamento de Deleuze e Guattari. Voltaremos a este ponto adiante, analisando a maior proximidade da experiência cartográfica com o empirismo radical de William James.

Com esta direção, a entrevista se articula em torno de uma experiência de referência. O entrevistador realiza sucessivos gestos de relance e de retorno àquela experiência, quando da presença de associações livres do entrevistado. O objetivo da entrevista de explicitação é estudar aquela experiência singular, em suas diferentes camadas e em seus gestos cognitivos implícitos e pré-refletidos. Para que o entrevistado consiga acesso a ela, o entrevistador pode lançar mão de signos de sensorialidade – “Vamos voltar lá naquele dia? “Como estava a sala?” “Ao lado de quem você estava sentado?” O entrevistador evita formular perguntas que apelam a racionalização e ativam a política cognitiva da representação, como aquelas com a lógica causal: “Por que você decidiu fazer isso?”. Também é recomendada a desaceleração da fala do entrevistador, bem como dar um tempo solto para a narrativa do entrevistado, sem interromper sua fala. Deve-se também evitar interpretar e explicar sua fala, utilizando palavras que não foram usadas por ele. A ideia é levar o entrevistado a descrever e se manter em contato direto com a experiência.

A partir da distinção entre fala abstrata e fala encarnada, formulamos a ideia da escrita cartográfica como uma escrita encarnada, uma escrita de dentro da experiência da pesquisa. A aprendizagem da escrita cartográfica requer desaprendizagem da escrita abstrata e cultivo para conquistar a escrita que se faz com o corpo. Enquanto a escrita informacional (que é uma das versões da política representacional) se define por ser uma atividade puramente mental, intelectual e sob controle do cérebro, a escrita cartográfica é movida por afetos, intensidades e pela implicação, que envolve todo o corpo. Em outras palavras, ela é movida pelo que força a pensar. Todavia, falar na dimensão corporificada, afetiva e implicada da escrita não é afirmá-la como uma escrita subjetiva, assim como a escrita em primeira pessoa não é necessariamente uma escrita do eu. Escrever com o corpo não é expressar uma vivência individual.

Por exemplo, os diários de campo não são diários íntimos. Ao longo do aprendizado do método da cartografia, a escrita de diários de campo constitui um excelente exercício da escrita cartográfica. Sua leitura e discussão nas reuniões de supervisão da equipe propiciam a desconstrução da escrita abstrata e a experimentação de uma escrita encarnada, de dentro da experiência. É estimulada a escrita na primeira pessoa do singular, que envolve, em certa medida, uma atenção a si, uma dobra sobre si. Entretanto, este “si” deve ser entendido, desde sempre, como uma subjetividade coletiva. O “eu” é como um contorno, em meio a um mar de forças moventes. O plano de forças é um plano coletivo e o que se visa com a atenção a si é a explicitação de gestos e aspectos desconhecidos de uma experiência coletiva, aos quais não se teve acesso até então.

Insistimos neste ponto da dimensão coletiva da escrita, pois ele tem sido objeto de muitos mal-entendidos em relação à cartografia. O conceito de lugar de fala, proposto por Djamila Ribeiro (2017), está envolvido em mal-entendidos semelhantes. Vinculada ao feminismo negro, a autora visa, na sequência das ideias de Lélia Gonzalez, apontar a articulação entre privilégio social e privilégio epistêmico, cujo modelo emblemático é a ciência branca europeia, que se autodenominou um conhecimento universal e no ápice da pirâmide dos saberes. Ribeiro problematiza a gramática normativa desse tipo de ciência e aposta na descolonização do conhecimento. O conceito de lugar de fala surge neste contexto. Baseado no campo da *feminist standpoint theory* (teoria do ponto de vista feminista, em tradução literal), o conceito visa afirmar a diversidade de experiências e dos pontos de vista, em face da normatização hegemônica.

A autora critica explicitamente a interpretação equivocada de que haveria pontos de vista independentemente da história. Sublinha que quando uma mulher negra sente em seu corpo os constrangimentos de seu cotidiano, eles são semelhantes àqueles sofridos por outras mulheres afrodescendentes. Nesta medida, a experiência de cada mulher deve ser entendida como fazendo parte de grupos socialmente construídos. O mais importante e o que conecta todas essas mulheres são as condições sociais que constituem esses grupos. Djamila Ribeiro insiste que o conceito de lugar de fala remete ao lugar social e refuta formulações como: “Fulana está falando a partir das vivências dela” (p.66). A experiência daquela mulher importa, mas o mais importante são as condições históricas e sociais que formatam sua vida e a de outras mulheres negras. O mais importante é o *locus* social do lugar de fala.

Tal conceito se apresenta como uma ferramenta política contra a perspectiva universalista e abstrata do conhecimento, que ainda hoje é hegemônica na universidade

brasileira. A autora afirma a dimensão pragmática do dizer, do narrar, do falar, na medida em que ele produz conhecimento, subjetividade e existência. A partir daí, podemos dizer que o lugar de fala não é dado ou pré-existente, mas é o próprio falar que constrói este lugar, na universidade e na vida.

Como apontamos acima, tal discussão possui ressonâncias com nossa discussão acerca da dimensão coletiva da experiência e da escrita cartográfica. Entretanto, é preciso dar mais um passo em nossa argumentação e reafirmar aqui a incontornável formulação de Félix Guattari (1992) sobre o conceito de coletivo, em suas duas dimensões: além e aquém do indivíduo. Na dimensão além do indivíduo, o conceito de coletivo se refere ao *socius* - grupos, instituições etc. Na dimensão aquém do indivíduo, o conceito de coletivo se refere a forças, linhas e vetores pré-individuais. Djamilia Ribeiro parece privilegiar o primeiro sentido de coletivo, sublinhando a dimensão histórica e social da fala e do conhecimento. No método da cartografia, insistimos que o segundo sentido de coletivo – a dimensão aquém do indivíduo – é incontornável, na medida em que justifica a importância da produção de narrativas a partir do emaranhado de forças rizomáticas que compõem o corpo singular de cada cartógrafo. O interessante nesse novo passo dado pela cartografia – que avança, sem deixar de reconhecer a importância da dimensão coletiva que comparece como *socius* – é trabalhar com forças e afetos que compõem ao mesmo tempo subjetividades coletivas e territórios de pesquisa, o si e o mundo, num plano de conexões, porosidades e permeabilidades. Enquanto cartógrafos, afetamos e somos afetados pelas mesmas forças que circulam em nós, entre nós e em nossos territórios de pesquisa. Forças transversais que atravessam nossos corpos e a paisagem existencial cartografada.

Quando nos referimos à entrevista de explicitação, proposta pela psicologia fenomenológica de Pierre Vermersch, apontamos a diferença entre os conceitos de vivência e de experiência, no intuito de afirmar a dimensão coletiva da experiência e da escrita cartográfica. A abordagem fenomenológica da experiência surge como limitada, na medida em que ela ainda traz consigo a referência intrínseca ao sujeito da experiência. Daí a indistinção entre os conceitos de experiência e vivência pessoal. Segundo David Lapoujade (2017), William James formula um conceito que melhor contempla a dimensão coletiva da experiência no sentido proposto por Guattari, como algo que existe aquém do indivíduo. Trata-se do conceito de experiência pura, formulado por James em sua obra pós-psicológica, o empirismo radical. Para James, o conceito de experiência pura se refere a um plano de pensamento aquém das categorias filosóficas e psicológicas tradicionais. As categorias de

sujeito e objeto não são dadas, mas constituídas a partir do plano da experiência pura. É neste plano que ocorrem os movimentos do pensamento sem vinculação subjetiva e se fazem as ideias que não representam objetos. Nesta medida, a experiência pura nomeia um plano aberto a todas as potencialidades, heterogeneidades e transformações.

A experiência pura não é ligada a um eu. Ao contrário, o “eu” é um dos produtos do plano da experiência pura. Com o eu, surge a experiência subjetiva, ou seja, a vivência pessoal. Conceber o plano da experiência pura é ampliar o campo da experiência, que não mais se resume à experiência subjetiva. É incorporar a ele um plano genético onde são gestados os processos, as ultrapassagens, as crenças etc. Nesta medida, a experiência pura é, paradoxalmente, impura, pois se abre a todas as conexões, sendo pura relação, passagem e cruzamento de intensidades, forças e materiais pré-subjetivos e pré-objetivos. A experiência pura não se perde quando do surgimento do eu e da dimensão psicológica da experiência, mas coexiste com ela ao longo da vida. Sua presença é sentida em momentos fugidios, como o desmaio, a experiência com anestésicos e drogas, que nos faz sentir a perda da separação entre sujeito e objeto, entre o eu e o mundo. Podemos dizer que a experiência cartográfica busca acessar tal dimensão da experiência, que é coletiva e coexiste com a dimensão psicológica. É ela que deve orientar a escrita cartográfica.

### **Conclusão: Navegar por entre forças moventes, sem nelas se afogar**

Ao longo deste estudo procuramos argumentar que o deslocamento em relação à escrita acadêmica abstrata, intelectualista, informacional e supostamente neutra não leva, de modo algum, à afirmação do subjetivismo e da adoção de um certo ponto de vista individual na escrita cartográfica. Seria um equívoco tomar a escrita cartográfica como uma escrita subjetiva. Mesmo quando ela é realizada na primeira pessoa do singular, não deve ser entendida com a escrita de um eu. Por meio de Guattari, James e Lapoujade, procuramos sublinhar que uma mesma experiência possui uma dimensão pessoal (ou vivência) e uma dimensão coletiva. Não são duas experiências diferentes, mas duas dimensões da mesma experiência, que coexistem. A escrita cartográfica busca acessar essa segunda dimensão, que é coletiva.

A escrita cartográfica se faz com o corpo atento. Não podemos abandonar a atenção cartográfica no momento da escrita – atenção concentrada e aberta ao plano coletivo de forças, corpo atento ao plano dos afetos. O texto cartográfico deve trazer a dinâmica das forças moventes, a intensidade e o ritmo do território da pesquisa. Escrever requer dedicação,

tempo e gosto. Com tais atributos, a escrita cartográfica não deve produzir um texto difícil, rebuscado, incompreensível, para ser lido apenas pelos pares e leitores já iniciados. Para que ele possa ser lido por não especialistas, o texto deve buscar um misto de rigor e simplicidade - o que não é o mesmo que ser simplista.

A escrita cartográfica não é uma escrita espontânea, mas requer um processo de desaprendizagem e de deslocamento em relação a uma política cognitiva da representação, construída pela escola e valorizada na universidade. Escrever com o corpo é também uma questão de aprendizagem. Narrar de dentro da experiência é escrever com forças coletivas transversais, que nos atravessam e que atravessam também o território de investigação. Quando cartografamos um processo grupal como o que se deu na oficina de escrita realizada com estudantes universitários, podemos dizer que foi produzido um conhecimento sobre práticas de opressão e cuidado na escola e na universidade. Tal conhecimento não se limita àquele grupo específico, mas o transcende. A cartografia coletiva daquele grupo nos faz entender um pouco da dimensão política da formação oferecida pela escola e pela universidade pública e seus efeitos sobre a dita dificuldade dos estudantes para a escrita acadêmica. Ele também dá testemunho da potência das proposições estéticas para abrir caminho para escritas mais inventivas, encarnadas e coletivas, como é o caso da escrita cartográfica. Nesta medida, o estudo tem o mérito de poder se desdobrar em cartografias de outros grupos universitários, subjetividades singulares e trabalhos em distintos ecossistemas atencionais.

Quando escrevemos um texto baseado numa pesquisa que utiliza o método da cartografia devemos sempre nos interrogar sobre os efeitos que ele pode produzir. Afinal de contas, escrever com os afetos, de dentro da experiência, é se comprometer com seus efeitos de contágio e de possível intervenção sobre os leitores, sobre o campo da pesquisa e sobre a própria área de conhecimento. Escrevemos um texto que enriquece o debate sobre o tema do qual ele se ocupa? Evita dar por encerrada a discussão? Coloca novos problemas? Abre um campo de outros possíveis estudos e desdobramentos futuros?

Tomar a cartografia como método de produção de conhecimento é incluir explicitamente a importância da invenção de problemas, mas sem esquecer a solução de problemas. Todavia, a solução não impede novos movimentos de problematização. Produzir conhecimento não é sinônimo de apresentar soluções para um problema pré-existente. Podemos dizer que quanto mais conhecemos, mais abrimos nosso corpo aos afetos daquele campo, mais nossa atenção acessa o plano de forças moventes, mais vamos além da percepção

de formas e da reconhecimento, sendo capazes de colocar verdadeiros problemas. E isso se estende à escrita cartográfica.

Por fim, é possível afirmar que o entendimento da escrita a partir do conceito de rizoma, figura ontológica que orienta epistemologicamente e politicamente a cartografia, não significa que a escrita deva decalcar o emaranhado de linhas, afetos e vetores heterogêneos, sem preocupação com o contorno da investigação. Narrar uma pesquisa cartográfica não significa tentar trazer todas as linhas que compõem o rizoma. É preciso destacar as linhas fortes e dotadas de intensidade. Neste sentido, vale ressaltar a importância de construirmos analisadores a partir de experiências de problematização, das rachaduras emergentes e dos enigmas que nos forçam a pensar. Enfim, é tão arriscado evitar a presença de afetos e produzir um texto intelectualista, monocórdico e previsível quanto escrever uma narrativa subjetivista, que traz um excesso de linhas e problemas sem que eles sejam analisados e ganhem contorno na investigação. O desafio da escrita cartográfica é navegar por entre forças moventes, sem nelas se afogar.

## Referências

- ALTOÉ, Sonia. *René Lourau: analista institucional em tempo integral*. São Paulo: Hucitec, 2004.
- DELEUZE, Gilles. ; GUATTARI, Felix. *Mil platôs. V.1*. Rio de Janeiro, Ed.34, 1995.
- DEPRAZ, Natalie; VARELA, Francisco; VERMERSCH, Pierre. *On becoming aware. A pragmatics of experiencing*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamin Publishing Company, 2003.
- DIAS, Rosimeri de Oliveira; RODRIGUES, Heliana de Barros Conde. (Orgs.) *Escritas de si: escutas, cartas e formação inventiva de professores entre universidade e escola básica*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2019.
- GUATTARI, Felix. *Caosmose*. Rio de Janeiro: Ed.34, 1992.
- KASTRUP, Virginia. A rede: uma figura empírica da ontologia do presente. In: PARENTE, André (Org) *Tramas da rede*. Porto Alegre: Sulina, 2004. 80-90.
- KASTRUP, Virginia., TEDESCO, Silvia.; PASSOS, Eduardo. *Políticas da cognição*. Porto Alegre: Sulina, 2008.
- KASTRUP, Virginia.; CALIMAN, Luciana; GURGEL, Veronica. As artes da atenção conjunta: formação e cuidado na Universidade. *Educação em Foco*, ano 25, n. 47 –Setembro/Dezembro, 2022.
- LAPOUJADE, David. *William James, a construção da experiência*. São Paulo: N-1, 2017.
- LIBERMAN, Flavia; DOMINGUES, Adriana Rodrigues; DE BARROS, Laura Pozzana. " Eu não quero mais pensar a não ser com o meu corpo": práticas para aterrar e cultivar presença (s). *Educação em Foco*, v. 25, n. 47, 2022.
- LIMA, Elizabeth; MACHADO, Adriana Marcondes; INFORSATO, Erika Alvarez. A escrita como agenciamento: explorando linhas de minoração. *Educação em Foco*, v. 25, n. 47, 2022.
- LIMA, Renata Moraes; DIAS, Rosimeri de Oliveira. Cartas como método de pesquisa na formação do professor. In: DIAS, Rosimeri de Oliveira; RODRIGUES, Heliana de Barros

- Conde. (Org.) *Escritas de si: escutas, cartas e formação inventiva de professores entre universidade e educação básica*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2019. p. 86-96.
- LOURAU, René. *A análise institucional*. Petrópolis: Vozes, 1975.
- MACHADO, Adriana Marcondes; FONSECA, Paula Fontana. A escrita endereçada como prática de formação e construção de realidade. *Mnemosine*, v. 15, n. 1, 2019.
- PASSOS, Eduardo; BENEVIDES DE BARROS, Regina. Por uma política de narratividade. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virginia; ESCOSSIA, Liliane. (Orgs.) *Pistas do Método da Cartografia. Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2009. 150-171.
- PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virginia; ESCOSSIA, Liliane. (Orgs.) *Pistas do Método da Cartografia. Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2009.
- PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virginia; TEDESCO, Silvia (Orgs.) *Pistas do Método da Cartografia. A experiência da pesquisa e o plano comum*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2009.
- RIBEIRO, Djamila. *Lugar de fala*. Belo Horizonte: Letramento, 2017.
- ROLNIK, Suely. *Cartografia sentimental*. Porto Alegre: Sulina/Editora da UFRGS, 2006.
- VARELA, Francisco.; THOMPSON Evan; ROSCH, Eleanor. *A mente incorporada*. Porto Alegre: Artmed, 1992.
- VERMERSCH, Pierre. L'entretien d'explicitation. Issy-les-Molineaux: ESF, 2000. Tradução para o português. *Entrevista de explicitação*. Rio de Janeiro: Fundação Carlos Chagas, 2022. Disponível em <https://www.fcc.org.br/fcc/fcc-publicacoes/entrevista-de-explicitacao>
- VERONESE, Lilian. A escrita como oportunidade de encontro na experiência do ensino universitário. In: MACHADO, Adriana; CARDOSO, Silvia (Orgs.) *A escrita como exercício em processos formativos*. São Paulo: Blucher, 2021, p. 49-57.